



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



TELMA DE ALMEIDA DE OLIVEIRA

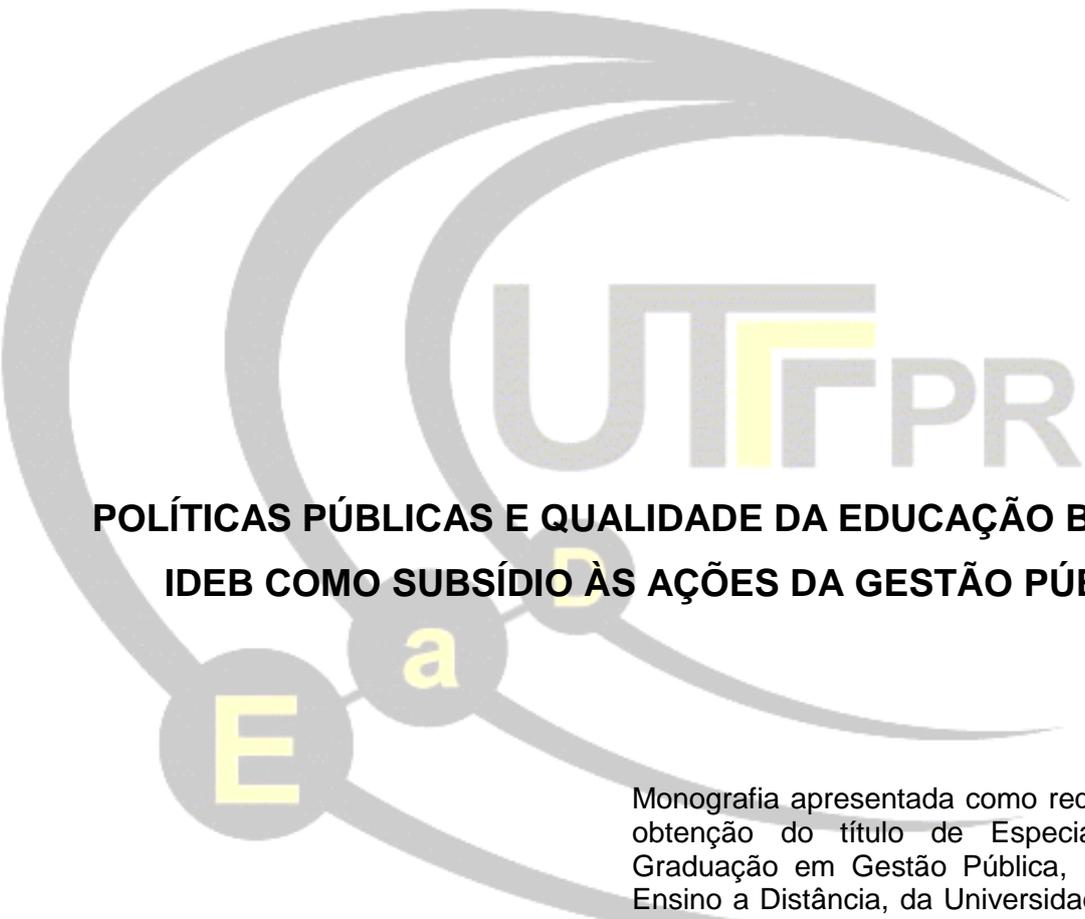
**POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O
IDEB COMO SUBSÍDIO ÀS AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO

2014

TELMA DE ALMEIDA DE OLIVEIRA



**POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O
IDEB COMO SUBSÍDIO ÀS AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA Orientador(a): Prof. MSc. Giovanna Pezarico

PATO BRANCO

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública



TERMO DE APROVAÇÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O IDEB COMO
SUBSÍDIO ÀS AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA**

Por

Telma de Almeida de Oliveira

Esta monografia foi apresentada às 10:55h do dia **17 de Maio de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Câmpus* Pato Branco. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. M.Sc Giovanna Pezarico
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco
(orientadora)

T.D-GP Jozeane Lope
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

T.D-GP Ricardo Palaro
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

Dedico: A Deus, pelo dom da vida,
pela fé e perseverança e capacidade que
Ele nos dá a cada dia
para vencer os obstáculos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha família, minha mãe Otávia, minhas irmãs, Célia, Selma, Esmeralda, Elizabete.

À minha orientadora professora, M.Sc. Giovanna Pezarico, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela presteza com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública, professores da UTFPR, *Campus* Pato Branco.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

*“A educação é a arma mais poderosa
que você pode usar para mudar o mundo.”*

NELSON MANDELA

RESUMO

OLIVEIRA, Telma de Almeida. Políticas Públicas e Qualidade da Educação: O IDEB como subsídio às Ações da Gestão Pública. 2014. número de folhas 39 . Monografia (Especialização Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

O presente estudo tem como temática o acesso às informações sobre a escola pública a partir do IDEB como política pública voltada à melhoria da qualidade da Educação Básica. Neste sentido, como construção do problema de pesquisa norteador deste estudo, evidencia-se o seguinte questionamento: como o IDEB pode subsidiar as ações do gestor público, no contexto da melhoria da qualidade da educação básica? Assim, o presente estudo, tem como objetivo geral analisar como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica pode subsidiar ações de gestão pública com vistas à melhoria da qualidade da Educação Básica. Para tanto foram estabelecidos como objetivos específicos, os seguintes: a) Caracterizar o IDEB como índice contextualizado às políticas públicas para a Educação Básica; b) Caracterizar os princípios da Gestão Pública e suas relações com o IDEB. Como principais justificativas do estudo apresentam-se como alicerces a relevância dos índices como ferramentas que auxiliam na mensuração da qualidade de ensino. Tal iniciativa vinda dos governantes como política pública pode ser tomada como um norte para que os gestores das escolas aprimorem o processo de melhoria dos serviços prestados na educação, com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEP), Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEB), permitindo ao gestor desenvolver projetos e ações para melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente a melhoria no aprendizado, a partir das informações é possível saber o rendimento de cada aluno. Para que as escolas forneçam uma educação de qualidade é preciso que a comunidade se envolva nas políticas públicas, pesquisando as informações sobre as escolas, nos sítios das secretarias da educação os dados referentes à escola: funcionários, merenda escolar, despesas, compras, repasse do governo e outras informações sobre a escola pesquisada, são possíveis acompanhar o dia a dia da escola com as informações fornecidas. Assim, considera-se a participação popular como fundamental no controle e auxílio na definição de políticas públicas a serem efetivadas no âmbito da gestão pública para a Educação Básica.

Palavras-chave: Informação. Escola Pública. Índice. Política. Comunidade.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Telma de Almeida. Public Policies and Quality of Education: The IDEB as a subsidy to the Shares of Public Management. 2014. 39folhas. Monografia (Especialização Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

The present study is thematic access to information about public school is from IDEB as a public policy aimed at improving the quality of basic education. In this sense, as construction of the problem of guiding this research study, it was shown the following question: how can IDEB to subsidize the public manager in the context of improving the quality of basic education? Thus, this study, in general aim to analyze how IDEB - Index of Basic Education Development can subsidize public administration with a view to improving the quality of basic education. Both were established for specific purposes, the following: a) Characterize the IDEB contextualized as an index of public policies for Basic Education b) Characterize the principles of Public Management and its relations with the IDEB. As main justifications of the study are presented as foundations relevance of indices as tools that assist in measuring the quality of teaching. This initiative coming from the rulers as public policy can be taken as a direction for managers of schools aprimorem the process of improvement of services in education, based on the results of the Index of Basic Education Development (IDEB) Assessment System Basic Education (SAEP), Assessment of Basic Education of Paraná System (SAEB), allowing the manager to develop projects and actions to improve the quality of education and hence the improvement in learning from the information you can find out about each student. For schools to provide a quality education requires that the community be involved in public policy , researching information about the schools, in places of education departments data concerning school employees, school meals, expenses, purchases, transfer of government and other information about the school studied , are possible to monitor the day to day school with the information provided. Thus, it is considered popular participation as a fundamental control and aid in defining public policies to be executed in the context of public management for Basic Education.

Keywords: Information. Public School. Index. Policy. Community.

LISTA DE ABREVIATURAS

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEP - Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná
Prova Brasil
Censo Escolar
MEC - Ministério da Educação
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
CF - Constituição Federal
EC - Ementa da Constitucional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
FMI - Fundo Monetário Internacional
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ONG - organização não-governamental
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
PPP - Projeto Político-Pedagógico
SEED - Secretaria de Estado da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 JUSTIFICATIVA.....	12
3 OBJETIVO GERAL.....	14
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA...	14
4.2 O IDEB: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO.....	21
4.3 O IDEB E AS IMPLICAÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA.....	24
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	26
5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	28
5.1.1 O IDEB COMO INDICADOR IMPORTANTE NA TOMADA DE DECISÃO DO GESTOR PÚBLICO	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	38

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido no contexto das políticas públicas educacionais e possui como temática os processos de construção de indicadores e informações sobre Educação Básica. A preocupação sobre tal temática considera que o acesso às informações sobre a escola pública é de suma importância para toda a população, bem como para o gestor público. Assim, o presente estudo assume como objetivo geral analisar como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica pode subsidiar ações de gestão pública com vistas à melhoria da qualidade da Educação Básica.

Os indicadores são importantes para os gestores, pois eles norteiam as ações e decisões, e para os cidadãos, pois é através desses indicadores que a população se mantém informada sobre as ações governamentais. Os indicadores subsidiam as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo.

Muitas pessoas têm aversão à política, por não entender o que significa, pois todos nós somos políticos, ela é essencial para uma vida em sociedade. Neste sentido, nos filiamos ao conceito no qual esta “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que de destinam à resolução pacífica dos conflitos quando a bens públicos” (Rua, 1998, p.17).

É importante possuímos acesso às informação daquilo que está acontecendo na educação, tendo em vista sua condição de direito constitucional e portanto, de elemento que carece de transparência no que diz respeito às tomadas de decisões do gestor público. No contexto do Estado do Paraná, uma ferramenta importante de garantia da transparência tanto na gestão quanto na difusão de informações tem sido o portal educacao.pr.gov.br, espaço de divulgação das ações realizadas pelo governo concernente à educação. Por ele, é possível consultar as escolas do Paraná e obter todas as informações, desde quantidades de funcionários de professores onde esta sendo gasto o dinheiro público, visualizar processos de prestação de contas, dentre outras.

No mesmo panorama surge o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador de grande importância para a qualidade da educação,

tendo em vista que considera a aprovação e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos junto ao Censo Escolar, bem como, por médias de desempenho nas avaliações do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica e a Prova Brasil. O Censo Escolar é o mais completo levantamento estatístico sobre a educação básica do Brasil. Os dados coletados são utilizados como subsídios para o planejamento e definição das políticas educacionais desenvolvidas pelo Ministério da Educação, bem como para o repasse dos recursos destinados às escolas. Toda comunidade pode acompanhar as informações fornecidas pelos gestores de cada escola.

Neste sentido, como construção do problema de pesquisa norteador deste estudo, evidencia-se o seguinte questionamento: como o IDEB pode subsidiar as ações do gestor público, no contexto da melhoria da qualidade da educação básica?

2 JUSTIFICATIVA

Sendo a informação sobre a escola pública de grande relevância, o problema é a falta de informação sobre essas escolas, verifica-se que há ainda a falta de acesso aos bancos de dados que trazem essas informações. Muitas vezes as pessoas não acessam por falta de conhecimento ou por achar que este será muito difícil, mas para obter essas informações cada vez mais tais espaços tem se preocupado em tornar sua usabilidade cada vez mais fácil e ágil. No entanto, é importante salientar a necessidade da população adquirir esse hábito, pois é de interesse de toda população visto que somos cidadãos e temos direitos e obrigações.

Os índices são ferramentas que auxiliam na mensuração da qualidade de ensino. Tal iniciativa adotada pelos governos como elemento articulado à política pública pode ser tomada como um norte para que os gestores das escolas aprimorem o processo de melhoria dos serviços prestados na educação. O que se afirma também está atrelado às dinâmicas concebidas nas últimas décadas, como indicadores com base nos resultados do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Sistema de Avaliação da

Educação Básica do Paraná (SAEB), permitindo ao gestor desenvolver projetos e ações para melhoria da qualidade do ensino e conseqüentemente a melhoria no aprendizado. Assim, assume-se como premissa deste estudo que a partir das informações é possível controlar não apenas o rendimento dos alunos, mas as tomadas de decisões dos gestores sobre os rumos da educação. Para que as escolas forneçam uma educação de qualidade é preciso que a comunidade se envolva nas políticas públicas, se interesse, pesquise escolas, verifique as ações tomadas pelas suas secretarias da educação, espaço privilegiado de análises locais, tendo em vista possuírem um vasto banco de dados referentes às condições das escolas, por exemplo: funcionários, merenda escolar, despesas, compras, repasse do governo e outras informações sobre as escolas. Assim, é possível acompanhar o dia a dia da escola com as informações fornecidas.

A comunidade escolar estando envolvida nas ações da escola promoverá maior valorização da escola, e maior participação da vida escolar dos filhos. É difícil pensar em escola de qualidade para todos sem que tenha envolvimento da comunidade, sem alunos interessados nessa escola de qualidade, sem professores dispostos a fazer com que se concretize a qualidade do ensino, sem que a família esteja engajada, por isso, é importante a conscientização de todos para realizarmos uma ação conjunta e a consciência de que todos precisam estar interessados e dispostos a cooperar e participar. Não se trata de um desafio fácil, mas seremos capazes de enfrentá-lo se efetivamente houver esse envolvimento.

A escola pública passa por muitas dificuldades, contudo, com mecanismos de avaliação apresentados pelo Ministério da Educação, como o IDEB, pode se propiciar um despertar para um ensino de qualidade, visto que a educação é fundamental na contribuição da formação ascensão social. Além disso, quanto mais investimento e valorização da escola pública mais jovem terão sido formados com visões socialmente e economicamente comprometidas, e com a perspectiva concretizada que o estudo melhorou sua vida pois a escola estava pronta para recebê-lo no momento em que precisou e preparou para realização de seus objetivos.

Neste cenário, o Governo Federal procurando estabelecer estratégias de melhoria na qualidade de ensino, desenvolveu também o PDE - Plano de Desenvolvimento. Trata-se de um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo que tem por objetivo é auxiliar as escolas públicas a

melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros destinados a apoiar a execução de todo ou parte do seu planejamento, assegurando que sua equipe trabalhe para atingir os mesmo objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. É possível considerar que o referido programa implicou na execução de um planejamento estratégico, a ser desenvolvido e implementado por cada escola para melhoria da qualidade do ensino.

Neste sentido, o “PDE-Escola constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro” (MEC, 2013). Logo, o propósito deste estudo é explicitar e compreender o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB como norteador de qualidade de ensino e aprendizagem. A ampla divulgação dos resultados de cada escola permite trazer as avaliações próximas da realidade, bem como, conscientizar a comunidade de que sua participação para melhorar o baixo rendimento no sistema de ensino é tão importante quanto a participação dos gestores e professores (MEC, 2013).

3 OBJETIVO GERAL

Analisar como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica pode subsidiar ações de gestão pública com vistas à melhoria da qualidade da Educação Básica.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o IDEB como índice contextualizado às políticas públicas para a Educação Básica.
- Caracterizar os princípios da Gestão Pública e suas relações com o IDEB.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação no Brasil passou por diversos movimentos, justificados principalmente pelos projetos de desenvolvimento do país, articulado às perspectivas de suas políticas públicas. Um dos principais movimentos, neste sentido, pode ser atrelado à redemocratização brasileira, que promoveu várias mudanças inclusive na área da educação. Neste sentido, a educação passa a ser assegurada por Lei a todos os cidadãos como um dos direitos sociais presente na Constituição Federal de 1988 - art. 6º. Neste sentido, compreende-se para o presente estudo, em termos conceituais de política pública a seguinte perspectiva:

Podemos resumir política pública, como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação, e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Sielo, Souza 2013).

Nas sociedades contemporâneas, as políticas públicas refletem de forma favorável ao atendimento das necessidades da população. Assim, quando falamos em política pública é necessário dizer que há uma interrelação entre Estado, economia e sociedade, visto que pesquisadores de diversas disciplinas como: economia, ciência política, sociologia, geografia, planejamento, gestão ciências sociais aplicadas e outras, partilham um interesse comum quando se trata de políticas públicas.

Ainda, no que se refere ao âmbito das previsões constitucionais, em seu Capítulo II, Art. 6º, evidenciam como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na foram desta Constituição (EC nº 26/2000).

Visto que o direito à educação é garantido por lei (Constituição Federal de 1988 Capítulo II, Art.6º) é necessária a implantação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas à educação e que assista desde a educação infantil até a

educação superior. O papel do gestor público é de extrema relevância no processo da gestão educacional, para isso o gestor deve sempre estar se atualizando, buscando capacitação e conhecimento a fim de aplicar no setor educacional e conduzir a gestão de maneira eficiente e eficaz, para que suas ações sejam implantadas para melhorias e mudanças nas políticas socioeconômicas e repercutem na qualidade de vida da população.

Além disso, é importante considerar o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei. 9394/1996). A LDB – Lei de Diretrizes e Bases, que fora pautado nos princípios de igualdade e nos ideais constitucionais, visando promover o desenvolvimento do educando, o planejamento educacional, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e fixa a responsabilidade do Poder Público e os direitos das crianças, jovens e adultos quanto à universalização e qualidade do ensino:

Composto apenas de um único artigo, o Título I da LDB tem por finalidade expressar, de maneira sucinta, uma concepção de Educação, ou seja, explicitar em linhas gerais o que significa o conceito Educação. O *caput* (parte inicial e introdutória do artigo) do art.1º expressa uma concepção de Educação, majoritária entre os legisladores que aprovaram essa lei. Assim, nesse *caput* o conceito de Educação é entendido como sendo todos os processos formativos que ocorrem de diversas maneiras, nas mais variadas instâncias da sociedade (família, escola, trabalho, movimentos sociais, manifestações culturais etc.) (BRANDÃO, 2005, p.18).

Além da LDB, há que se considerar os indicadores que têm sido instrumentos importantes para a elaboração e avaliação de políticas públicas. Neste sentido, enfatiza-se o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, política pública que visa garantia de uma educação de qualidade no país. É com base nos resultados do IDEB que são orientados e distribuídos os recursos para as escolas, e a partir deles, são formuladas novas estratégias para avaliação educacional.

Além disso, o contexto de elaboração das políticas públicas no contexto brasileiro, na década de 90, foram orientadas para a perspectiva do Estado Mínimo e para a implementação de novos modelos de “gestão”, objetivando inserir na esfera pública as noções de eficiência, produtividade, e racionalidade. No campo educacional foram voltados para a formulação de políticas educacionais com vistas ao atendimento de indicadores, postos em pauta pelos organismos internacionais, como o FMI-Fundo Monetário Internacional (Bittencourt, 2009, p.53).

Em sua análise, tal cenário também estava repleto de pressões e demandas sociais que já se acumulavam pelo menos desde o início do século XX, quando foi realizada a primeira Conferência Nacional da Educação em Curitiba-PR, no ano de 1927. Além disso, não pode ser desconsiderar o impacto da abertura da economia brasileira à competição internacional, que expôs o baixo perfil de escolaridade da força de trabalho como uma das maiores fragilidades do País. Isso implicou para a orientação de setores influentes da elite brasileira, sobretudo as lideranças empresariais, a perceberem que, na economia globalizada, como afirma Plank:

A estratégia da oferta de mão-de-obra barata e conseqüentemente, pouco qualificada deixara definitivamente de ser uma vantagem comparada, sobretudo na disputa de investimento ligados à chamada “nova economia”. Pelo contrário, a baixa escolaridade média dos trabalhadores, que era de apenas cinco anos de estudo no início dos anos 90, passou a constituir-se um dos principais componentes do chamado “Custo Brasil”, embora não seja invocada com a mesma freqüência com que os empresários. Os dirigentes empresariais mais lúcidos, todavia, passaram a defender publicamente a necessidade de melhorar o sistema educacional e de garantir educação básica para todos. (2001, p. 200).

Na atualidade, após a aprovação do PNE - Plano Nacional de Educação, vigente para o período de 2011 à 2020, o Governo Federal realizou várias políticas, programas e ações. Neste sentido, a partir de 2003, várias políticas educacionais passaram a ser reorientadas, resultando em alterações nos marcos regulatórios vigentes para a educação básica e superior. Muitos programas foram implantados na área da gestão escolar como o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.

Criado pelo MEC o PNE - Plano Nacional de Educação traça diretrizes e metas para educação brasileira. O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O que se verifica são formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas:

“As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. (MEC, 2013)

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento (MEC, 2013). Além disso, como é apresentado no site do FND- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, este enfatiza que o PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola é um programa do governo que tem objetivo uma melhora na gestão escolar, nas áreas administrativa, financeira, infraestrutura, pedagógico e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Outro programa importante, criado em 1995, refere-se ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, por organizações não-governamentais (ONGs), desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público (MEC, 2013).

Com relação aos programas apresentados verifica-se que esses programas de governo são importantes para o acesso à garantia de qualidade e direito à educação, pois através deles temos um parecer de como esta o andamento dos projetos e a partir dos resultados são direcionados os recursos financeiros, tecnológicos, de infra-estrutura, e outros para as escolas que necessitam, assegurando o acesso á uma educação de qualidade e participativa. Diante da diversidade de programas elaborados, verifica-se que os mesmos estão articulados às atuais políticas públicas de educação de modo a melhorar o planejamento, por contemplar iniciativas da gestão escolar. Esses programas são ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação que contemplam todas as escolas neles inseridos, portanto, de extrema importância para a escola, pois possibilita o recebimento de recursos de infra-estrutura e de capacitação pedagógica. É importante também para

o desenvolvimento econômico e social dos municípios, e uma melhor formação de crianças e jovens com perspectivas de melhores empregos e renda, oferecendo uma educação de qualidade.

Outra iniciativa importante é o Conselho Escolar, formado por pessoas da comunidade que se interam sobre as normas internas e o funcionamento da escola, e participam da elaboração do PPP - Projeto Político-Pedagógico; analisa as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanha a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobiliza a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação. A legislação prevê que todas as ações do Programa são desenvolvidas em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais e de Educação. Sendo assim, a participação se dá a partir de articulações do Programa com as Secretarias de Educação, é necessário o empenho de esforços para induzir a criação e o fortalecimento de Conselhos Escolares, bem como capacitar seus membros para que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino ofertado e para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas. Todas as ações do Programa são desenvolvidas em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais e de Educação, sendo assim, a participação se dá a partir de articulações do Programa com as Secretarias de Educação.

Os Conselhos Escolares, formado por pessoas da comunidade que se interam sobre as normas internas e o funcionamento da escola, no âmbito de uma gestão democrática e participativa da educação. Sua função é relevante na medida em que permite atender a demanda local em termos de educação, a comunidade participa da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e propõe sugestões para implantar melhores ações que atendam as necessidades da realidade dos alunos da comunidade apresentando uma melhoria da qualidade da educação. A legislação prevê que todas as ações do Programa são desenvolvidas em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais e de Educação. Os encontros municipais de formação de conselheiro são presenciais e tem objetivo a capacitação dos mesmos para que contribuam para qualidade do ensino que é ofertado a comunidade.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem por objetivo fomentar a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por

meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática (MEC, 2013).

Neste sentido, verifica-se que os Conselhos Escolares, se inserem no contexto das políticas públicas de modo a implantar ou melhorar a gestão democrática, contribuir para uma melhoria da qualidade social da educação ofertada à população, garantir a participação efetiva da comunidade na gestão das escolas, onde em parceria, comunidade e escola, unem-se para construir uma educação de qualidade e que atenda as necessidades da comunidade, e divida as responsabilidades, acompanhe o processo de desenvolvimento da escola e o processo de ensino aprendizagem.

É importante considerar que tais aspectos inerentes aos conselhos estão previstos nas disposições estabelecidas pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

art.1º diz: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

No art.2º diz: “ A educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996, p.13)

Conforme a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação é dever da família e do Estado, para que se tenha uma educação de qualidade é necessário considerar que as políticas públicas são de suma importância no desenvolvimento da qualidade da educação.

4.2 O IDEB: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é uma ferramenta criada pelo governo federal no âmbito do plano de desenvolvimento da Educação, para medir a qualidade de ensino nas escolas públicas. Foi criada no ano de 2005 pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O Ideb é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez. A meta do governo federal é que a média da Educação no Brasil seja igual ou superior a 6, até 2022, que foi a nota obtida pelos países que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo. (MEC, 2013).

O IDEB estabelece notas para 46 mil escolas públicas do país e, considerando os resultados, aponta quais escolas precisam de investimentos, para dar uma atenção especial e recursos no desenvolvimento educacional e seus resultados sejam mudados, depois se cobra resultados. (MEC, 2013)

Ainda de acordo com dados do MEC (2013), o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2005, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Ou seja, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez. O mecanismo foi muito bem avaliado por especialistas justamente por unir esses fatores. Sendo assim, se uma escola passar seus alunos de ano sem que eles tenham realmente aprendido, por exemplo, isso ficará claro a partir da análise do desempenho dela no IDEB. Os fatores levados em consideração permitem obter resultados satisfatórios no que diz respeito às políticas públicas educacionais, de posse dos resultados do IDEB, os gestores devem analisar a situação de cada escola e buscar soluções para superar problemas, é necessário também o conhecimento e a participação da sociedade para melhorar a qualidade de ensino. O IDEB é calculado a partir da quantidade de aprovação e do desempenho dos alunos na Prova Brasil, assim a escola pode identificar se o problema é de fluxo ou de aprendizagem, mas é importante dizer que o IDEB não é o único e sim é mais um

dos instrumentos usado para avaliar a qualidade do ensino, não é para mera competição entre as escolas para simplesmente atingir a meta.

A aprovação sem a efetiva aprendizagem compromete o futuro de muitas crianças, o objetivo maior da escola e dos educadores deve ser o sucesso educacional dos alunos, portanto quando se unem escola, Estado, família e sociedade para assegurar-lhes o direito da aprendizagem e não só da aprovação esse direito lhe é concedido, o direito do conhecimento.

O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador quantitativo, mas com base em seus resultados nos permite acompanhar o desenvolvimento da educação de qualidade, é a partir dos resultados que se identifica como esta sendo o rendimento aluno em sala de aula, através da aplicação da Prova Brasil é medido o nível de aprendizagem, e através do SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica, o foco é nas gestões dos sistemas educacionais, são ferramenta criada âmbito do plano de desenvolvimento da Educação, para medir a qualidade de ensino nas escolas públicas e traz, a partir de seus resultados, identificação dos possíveis problemas no rendimento escolar e onde deve ser investidos recursos para a melhor qualidade do ensino no âmbito pedagógico. A partir das informações do SAEB e da Prova Brasil, O MEC e as secretarias Estaduais e Municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no País e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. (MEC, 2013).

Assim, “para o contexto do projeto pedagógico, o índice permite um mapeamento detalhado da educação brasileira, com dados por escolas, municípios e estados, além de identificar quem são os que mais precisam de investimentos e cobrar resultados” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2010, p. 01). A Prova Brasil e o SAEB são aplicados a cada dois anos. A coleta e compilação dos dados demoram cerca de um ano. Quando o IDEB foi criado, foram utilizados os dados de 2005, divulgados em 2006. Em 2008, saíram os resultados de 2007. Em 2010, foram divulgados os resultados de 2009. E em 2012, os dados de 2011.

Para além das escolas, para os pais e responsáveis pelos processos de formação, o IDEB é uma excelente ferramenta para orientar a escolha de qual

escola matricular seus filhos e também para estimulá-los a cobrar, dos governantes e dos diretores das instituições, melhorias. Aos responsáveis pelas escolas, o índice aponta bons exemplos que merecem ser seguidos (colégios que precisam se aperfeiçoar podem pesquisar boas iniciativas em seus vizinhos mais bem colocados no ranking). Além de instrumento de análise, o IDEB é também um sistema de metas. As metas são estipuladas de acordo com o patamar atual de cada instituição, mas todas devem melhorar seus índices. O IDEB ainda ajuda prefeitos e governadores a radiografar quais são as escolas problemáticas e promissoras de sua rede. (EDUCAR PARA CRESCER, 2013)

Em termos de resultados, os mais recentes apontam a média de 4,6 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 4,0 para as últimas séries do Ensino Fundamental e 3,6 para o Ensino Médio. Em 2005, as médias eram mais baixas: 3,8; 3,5 e 3,4; respectivamente. Em 2007, elas cresceram para 4,2; 3,8 e 3,5. Nos últimos quatro anos, os números cresceram em todas as etapas do ensino. Tanto que, no geral, os objetivos previstos para 2009 foram atingidos antes da hora. Apesar disso, os números ainda são muito inferiores aos dos países desenvolvidos, que apresentam média 6,0. O objetivo é alcançar essa marca até 2021. Dados mais detalhados podem ser verificados no quadro a seguir (EDUCAR PARA CRESCER, 2013).

O quadro seguinte nos apresenta dados específicos em realização aos dados alcançados no cenário brasileiro, desde os anos de 2005 a 2011.

QUADRO 1 - RESULTADOS ALCANÇADOS

Resultados do IDEB no Brasil		
2005		
Ensino Fundamental		Ensino Médio
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)	3,4
3,8	3,5	
2007		
Ensino Fundamental		Ensino Médio
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)	3,5
4,2	3,8	
2009		
Ensino Fundamental		Ensino Médio
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)	3,6
4,6	4,0	

2011		
Ensino Fundamental		Ensino Médio
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)	
5,0	4,1	3,7

Fonte: INEP, 2013.

Os dados acima apresentados indicam que os resultados do IDEB no Brasil, desde de 2005 vem crescendo em todas as etapas do ensino, os objetivos previstos foram atingidos ou superados. No entanto, ainda há desafios a serem superados para que o país atinja sua média objetivada até o ano de 2021, qual seja 6,0. Daí as necessidades de se estabelecerem reais ações entre indicadores como orientadores das políticas públicas e ações governamentais.

4.3 O IDEB E AS IMPLICAÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA

A partir do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), os governadores e prefeitos se comprometeram por meio do compromisso “Todos Pela Educação”, de calcular e divulgar amplamente os resultados do IDEB. Por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) todos os agentes educacionais são responsabilizados pelos resultados de sua unidade e o Ministério da Educação (MEC) identifica e premia as escolas que atingem as metas, porém oferece assistência operacional e financeira para as escolas que obtiver os menores resultados. O IDEB é um indicador que combina informações de fluxo e de desempenho dos alunos, ele foi criado com intuito de promover um sistema de responsabilidade ao elaborar metas detalhadas para cada rede de ensino e escola, visando uma melhor qualidade da educação em todo o país.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Para gerar seus dados e estudos educacionais o

INEP realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino, promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza também outras fontes de consulta sobre educação (MEC, 2013).

Assim, o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é uma das primeiras iniciativas brasileiras para medir a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecer metas para a melhoria do ensino, mas ainda muitas pessoas não sabem o que significa e nem para que serve o IDEB. Neste sentido, avaliar a qualidade significa medir o nível de qualidade da educação na escola envolvendo todas as pessoas que fazem parte do processo educacional, determinar ferramentas consideradas importantes para qualidade técnica, pedagógica e administrativa de cada setor da escola, e a partir dos levantamentos feitos, obter uma melhoria contínua nas ações feita pela escola.

Pelo menos três projetos de lei no Congresso Nacional, propostos neste ano, versam sobre a obrigatoriedade da divulgação do dado pelas escolas. A medida, de acordo com especialistas, pode ajudar a disseminar o indicador e fazer com que as famílias e profissionais das escolas busquem mais qualidade para a Educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

As informações coletadas pelo INEP servem de base para a formulação de políticas públicas e para distribuição de recursos, como merenda e transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas, entre outros. Os dados também são utilizados por estudantes, pesquisadores, organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef, além de outros ministérios (MEC, 2013).

O uso do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é importante em todas as escolas, pois além de ser aplicado como orientador para uma gestão de qualidade, os indicadores são importantes para os gestores, pois eles norteiam as ações e decisões, e para os cidadãos, é importante também, pois é através desses indicadores que a população se mantém informada sobre as ações governamentais, os indicadores subsidiam as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, os índices do IDEB servem também para que sejam implantados recursos públicos para melhor atender os alunos da escola e toda a comunidade escolar oferecendo um ensino de qualidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa será apresentada dentro dos procedimentos metodológicos para sua realização, de modo a permitir a construção coerente de análises sobre o tema pretendido. Segundo Gil (2002) metodologia, é a parte da pesquisa que descrevem os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos, como: topo de pesquisa, população e amostra, coleta de dados, análise dos dados.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois os dados não são mensuráveis, é feita investigação genericamente e análise de texto. É descritiva, pois traz uma descrição e procura descobrir com possível precisão quando ocorre diversas situações do comportamento que ocorrem na vida social. Para Gil, “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (2002, p.42)

Trata-se de uma pesquisa documental, pois é baseado em material já elaborado, constituído de dados primários ou secundários localizados em bancos de dados públicos, e que foram selecionados de modo a evidenciar a importância de conhecer sobre os índices de desenvolvimento educacional.

Segundo Gil (2002) A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Na pesquisa documental, as fontes são diversificadas e dispersas. Há de um lado, os documentos de “primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico, nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, etc. incluem-se aqui inúmeros outros documentos como: cartas pessoais, diários, fotografia, gravações, memorando, ofícios, boletins, etc. De outro lado, há os documentos de “segunda

mão” que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatório de empresas, tabelas estatísticas, etc.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados, como os documentos subsistem ao longo do tempo, torna-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental tem custo baixo comparado com outras pesquisas. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. É claro que a pesquisa documental também apresenta limitações, as críticas mais freqüentes a esse tipo de pesquisa referem-se à não-representatividade e à subjetividade dos documentos. São críticas sérias, todavia, o pesquisador experiente tem condições para, ao menos em parte, contornar essas dificuldades. (GIL, 2002, p.46).

Em relação à amostra destacam-se os Sites do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Secretaria de Estado da Educação - SEED, Ministério da Educação - MEC e outros sites relacionado às políticas públicas no âmbito da educação, encontramos informações que possibilita medir o desenvolvimento educacionais nas escolas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Para gerar seus dados e estudos educacionais o INEP realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino, promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza também outras fontes de consulta sobre educação.

Quanto à coleta de dados com base nas informações adquiridas através dos índices de desenvolvimento educacional, principalmente de modo a estabelecer relações entre os dados obtidos em tais espaços e as relações possíveis junto à Gestão Pública.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No que tange a apresentação e análise dos dados, os mesmos serão analisados a partir de uma categoria ampla que visa compreender a relação entre índices obtidos pelo Brasil e os desafios à gestão pública da Educação Básica.

5.1.1 O IDEB COMO INDICADOR IMPORTANTE NA TOMADA DE DECISÃO DO GESTOR PÚBLICO

No site do INEP, encontramos resultados e metas do IDEB, a partir do preenchimento dos parâmetros da pesquisa, (estado, município e escola, rede estadual, privada e pública, 4ªsérie/5ºano, 8ªsérie/9ºano, 3ªsérieEM), na qual é listada o resultado da pesquisa, como se verifica no exemplo abaixo:

Figura 1 – Tela para pesquisa do índice do IDEB

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

BRASIL

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa:

Resultado: Escola UF: PI

Município: Antônio Almeida Nome da Escola: UNID ESC MUN TERESA ALVES DA COSTA ALBUQUERQUE

Rede de ensino: Municipal Série / Ano: 8ª série / 9º ano

8ª série / 9º ano

Escola +	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 +	2007 +	2009 +	2011 +	2007 +	2009 +	2011 +	2013 +	2015 +	2017 +	2019 +	2021 +
UNID ESC MUN TERESA ALVES DA COSTA ALBUQUERQUE		2,8	2,3	3,7		3,0	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8

Obs:
 * Número de participantes na Prova Brasil Insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410.
 *** Sem média na Prova Brasil 2011.
 Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

FONTE: INEP, 2013

No relatório acima podemos observar as metas projetadas para o IDEB, e o resultado efetivo do IDEB conforme preenchido nos parâmetros solicitados. Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

A partir das informações recebidas dos Índices por meio das políticas públicas, e dos dados coletados do IDEB – é realizada a análise e a partir dos resultados apurados são realizados os investimentos de modo a fomentar os aspectos de estrutura e qualidade, para que se atinja a média esperada.

O Índice de IDEB - Desenvolvimento da Educação Básica, medido a cada dois anos, é calculado a partir do desempenho dos alunos no SAEB e na Prova Brasil e das taxas de aprovação obtidas pelo Censo Escolar. O índice obedece uma escala de 0 a 10, sendo 6 a média dos países desenvolvidos.

O governo tem investindo recursos e realizado diversas ações em várias áreas principalmente na educação, visto a evidente necessidade da criação de políticas públicas com o objetivo do desenvolvimento econômico e social no país. O ministério da educação então lançou em 2007, o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação tendo objetivo o empreendimento de ações nacionais visando elevar o nível da qualidade do ensino. A partir da implantação do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação novas perspectivas foram implantadas em se tratando de política educacional para se tentar alcançar níveis de qualidade de ensino mais elevado. O PDE Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e seu objetivo é auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão, para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros destinados a apoiar a execução de todo ou parte de seu planejamento. (MEC, 2013).

Mesmo que o MEC vem dando ênfase à política de avaliação educacional com o SAEB, Prova Brasil, a LDB – Lei Diretrizes e Bases da Educação vem tentado assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, mas, ainda de modo geral a escola pública apresenta problemas de infra-estrutura, professores mal remunerados, ensino de baixa qualidade e índice de evasão muito grande. No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. As causas da evasão são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos, pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para

a evasão escolar no Brasil. Dentre os motivos alegados pelos pais ou responsáveis para a evasão dos alunos, são mais freqüentes nos anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries/1º ao 9º ano) os seguintes: Escola distante de casa, falta de transporte escolar, não ter adulto que leve até a escola, falta de interesse e ainda doenças/dificuldades dos alunos. (InfoEscola, 2013).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, cabe a instituição escolar valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola. Prevê ainda a legislação que esgotados os recursos da escola, a mesma deve informar o Conselho Tutelar do Município sobre os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão escolar, para que o Conselho tome as medidas cabíveis.

Além disso o site do INEP nos informa que o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é um indicador de suma importância em termos de diagnóstico e norteamto de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, destacamos as seguintes: detectar escola e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escola e/ou redes de ensino (INEP, 2013).

Verifica-se assim, que o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, tem um papel importante na tomada de decisão do gestor público, pois a partir dos resultados obtidos, o gestor pode desenvolver e implantar ações de melhorias para as unidades escolares, e investimento na infra-estrutura e no desenvolvimento pedagógico da escola.

O resultado do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é obtido pela informação da nota da prova Brasil e do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que é aplicada a cada dois anos para medir a aprendizagem, e também dos dados do Censo escolar, rendimento escolar taxas de aprovação, reprovação e abandono. Em posse dos resultados do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o gestor pode direcionar e ou mudar suas estratégias de desenvolvimento das escolas, o IDEB é uma ferramenta norteadora das ações feitas pelos gestores, e permite o efetivo investimento nas políticas educacionais, as metas propostas pelo MEC permite que o gestor de cada escola

também faça planejamentos para melhoria de qualidade de ensino de sua própria escola, tendo como parâmetro a proposta do MEC, buscando melhoria não só no ensino, mas também a melhoria das oportunidades oferecidas às crianças e adolescentes.

O resultado do IDEB é divulgado amplamente no site do INEP e pode ser acompanhado pelos professores, diretores, pais de alunos e comunidade em geral, permitindo que os gestores governamentais, municipais e outros possam ser cobrados pela comunidade das realizações de suas ações nas políticas públicas educacionais.

Uma escola de qualidade é aquela que o aluno, ao final do processo de aprendizagem, efetivamente desenvolve habilidades e competências efetivas tanto para sua formação acadêmica quanto cidadã. Trata-se, portanto, de um projeto amplo de educação integral, pautada por princípios como a gratuidade e a qualidade, valores históricos construídos na luta pela educação de excelência, mas ainda em vias de concretização no caso brasileiro.

Há que se ressaltar ainda no caso do IDEB, que o mesmo é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Ou seja, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez, o mecanismo foi avaliado por especialistas por unir esses fatores. Sendo assim, se uma escola passar seus alunos de ano sem que eles tenham realmente aprendido por exemplo, isso ficará claro a partir da análise do desempenho dela no IDEB, índice que permite um mapeamento detalhado da educação brasileira, com dados por escolas, municípios e estados, além de identificar quem são os que mais precisam de investimentos e cobrar resultados. A Prova Brasil e o SAEB são aplicados a cada dois anos. A coleta e compilação dos dados demora cerca de um ano. Quando o IDEB foi criado, foram utilizados os dados de 2005, divulgados em 2006. Em 2008, saíram os resultados de 2007. Em 2010, foram divulgados os resultados de 2009. E em 2012, os dados de 2011.

Para os pais, o IDEB é uma excelente ferramenta para orientar a escolha de qual escola matricular seus filhos e também para estimulá-los a cobrar, dos governantes e dos diretores das instituições, melhorias. Aos responsáveis pelas escolas, o índice aponta bons exemplos que merecem ser seguidos (colégios que

precisam se aperfeiçoar podem pesquisar boas iniciativas em seus vizinhos mais bem colocados no ranking).

Além de instrumento de análise, o IDEB é também um sistema de metas. As metas são estipuladas de acordo com o patamar atual de cada instituição, mas todas devem melhorar seus índices. O IDEB ainda ajuda prefeitos e governadores a radiografar quais são as escolas problemáticas e promissoras de sua rede.

É responsabilidade dos pais ou responsáveis acompanhar a educação de seus filhos, participarem ativamente da vida escolar das crianças interfere positivamente na qualidade do ensino e ajuda a cobrar dos gestores públicos educação de qualidade. No portal mantido pelo Governo do Estado do Paraná, denominado “dia a dia educação”, os pais ou responsáveis pode acompanhar toda administração da escola. Para obter informações sobre qualquer escola, pode entrar no site da educação portal educação depois entra em consulta escola, escolhe a cidade e a escolar que quer pesquisar e aparecerá todas as informações sobre a escola, sendo: Ensino, Profissionais, infra-estrutura, merenda, descentralização financeira, despesas, atos oficiais, indicadores educacionais.

Ao clicar em indicadores educacionais, é possível saber o IDEB, Rendimento Escolar preliminares, Rendimento Escolar dados oficiais CENSO/INEP, Taxa de Distorção Idade/Série dados oficiais - Dados INEP.

Figura 2-Tela de acompanhamento de indicadores

Paraná / NRE Paranavai / Paranavai / Bento M da R Neto, C E Prof-EF M Profis

Escola Bento M da R Neto, C E Prof-EF M Profis

Acesso Rápido

Indicadores Educacionais na Escola Bento M da R Neto, C E Prof-EF M Profis

Consulte informações sobre os indicadores educacionais da Rede Estadual.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 O IDEB é calculado a partir do desempenho dos alunos nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e em taxas de aprovação. É apresentado numa escala de zero a dez e medido a cada dois anos.
 Consulte o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Escola nos últimos anos.

Rendimento Escolar - Dados Oficiais - CENSO/INEP
 Consulte as taxas oficiais de aprovação, reprovação e abandono para cada Ensino oferecido pela Escola, referentes aos últimos anos.

Rendimento Escolar - Dados Preliminares
 Consulte as taxas preliminares de aprovação, aprovação por conselho de classe, reprovação e abandono, para cada Ensino e Ano/Série oferecidos pela Escola, referentes ao último ano.

Taxa de Distorção Idade / Série - Dados Oficiais - Censo/INEP NOVO
 A taxa de distorção idade/série indica a defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando. Consulte a taxa oficial de distorção idade/série para cada Ensino oferecido pela Escola, referente ao último ano.

Números de Bento M da R Neto, C E Prof-EF M Profis	
Turmas	56
Matrículas	1.622
Rede Estadual de Bento M da R Neto, C E Prof-EF M Profis	
<input type="checkbox"/> Educação Infantil	
Turmas	0
Matrículas	0
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	
Turmas	21
Matrículas	650
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	
Turmas	25
Matrículas	753
<input type="checkbox"/> Educação de Jovens e Adultos	
Turmas	0
Matrículas	0
<input type="checkbox"/> Educação Especial	
Turmas	0
Matrículas	0
<input type="checkbox"/> Atendimento Educacional Especializado	
Turmas	3
Matrículas	51
<input type="checkbox"/> Atividades Complementares	
Turmas	7

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Paraná, 2013

Além dos dados encontrados no exemplo acima, também é possível adquirir várias outras informações sobre a escola permitindo que toda a comunidade se mantenha informada sobre todas as atividades da escola, bem como as ações por ela realizada.

Com o acesso as informações do resultado IDEB divulgado de cada escola possibilitou o envolvimento da sociedade no acompanhamento da qualidade da educação, com o resultado de cada escola também foi possível aumentar a transparência e a qualidade do ensino. Porém é preciso esclarecer que o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica não é o único meio de se conseguir uma educação de qualidade, o IDEB é somente uma das ferramentas para conseguir obter a qualidade na educação que queremos.

A partir das metas estabelecidas pelo MEC, cada escola se motiva à trabalhar para conseguir atingir as metas propostas, com isso o desenvolvimento e qualidade da educação tende a crescer, porém é necessário atentar para o fato de que o IDEB não é uma competição entre as escolas, como se fossem rivais, mas sim um indicador para a tomada de decisão, o gestor pode a partir do resultado identificar o que é preciso fazer para melhorar a qualidade do ensino, e investir tanto na infra-estrutura como na parte pedagógica das escolas:

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) com informações sobre rendimento escolar (aprovação).(MEC, 2013)

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é importante, pois é um sistema que tem como objetivo, que todos os alunos concluem o ensino fundamental e médio no período correto desde que o aluno aprenda efetivamente, e não só seja aprovado, o objetivo é que o sistema atinja todos os alunos e que todos tenham acesso a escola não tenha tanta repetência, os alunos não abandonem a escola e ainda que concluem as séries aprendido os conteúdos.

Sabe-se que no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Entretanto, as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescente que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica, outro indicador preocupante é a baixa proficiência obtida pelo alunos em exames padronizados (INEP, 2013).

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica tem um importante papel no que diz respeito à qualidade do ensino, pois não visa só aprovação, mas sim o desenvolvimento, desempenho o rendimento escolar, através do IDEB se tem acesso ao monitoramento dos sistemas de ensino do país. O IDEB pode ser um orientador importante de ações com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pois através do mapeamento obtido através do IDEB é que são direcionadas as ações e projetos para o desenvolvimento da educação através dos projetos e programas feitos com intuito de qualificar a educação brasileira e as políticas públicas educacionais.

A meta imposta pelo MEC, que é de até 2020 atingir 6.0 pontos que é o dos Países desenvolvidos, faz com que as escolas estabeleçam planejamentos mais eficazes, de modo a atingir a meta estipulada. O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é importante para reestruturação da escola, pois permite acompanhar e monitorar a qualidade da educação básica brasileira. O IDEB foi criado no contexto do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação programa de metas desenvolvido pelo Ministério da Educação, com um conjunto de programas, objetivando melhorar a qualidade da educação, o IDEB funciona como fonte de informações para as ações de responsabilização e mobilização social, além de estabelecer conexões inéditas no país entre avaliação, financiamento e gestão, O Mec também criou um documento dentro do PDE, denominado “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, Decreto nº6.094/2007, no qual as escolas acolhem as metas propostas e se comprometem com elas, em contrapartida, o MEC se compromete a beneficiar as escolas que atingem a metas, com aumento dos recursos no PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

A universalização da educação básica com qualidade social constitui um grande desafio do planejamento educacional no Brasil, e para enfrentar esta realidade um dos objetivos dos sistemas de ensino é elevar o nível de escolarização da população brasileira, o que significa garantir o direito que todo cidadão tem à educação. Esse direito compreende numa perspectiva mais ampla, o que significa envolver não apenas as crianças e adolescentes, mas também os jovens e adultos que não tiveram acesso à educação escolar na idade apropriada. Os principais beneficiários são efetivamente os cidadãos que podem ter na educação um verdadeiro instrumento de conhecimento útil para subsidiar as lutas sociais que visam melhorar a qualidade da educação e da vida da população. A análise do resultado da escola traz subsídios importantes que podem ser utilizados na reformulação do projeto político-pedagógico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário ter um sistema de avaliação eficiente e eficaz para que se tenha um diagnóstico mais preciso do desenvolvimento da educação e assim formular ou reformular por parte dos gestores públicos, políticas públicas que visam melhorar a qualidade da educação.

A conscientização da população que a informação é necessária fará com que formem cada vez mais cidadãos políticos, cidadãos conscientes de deveres e obrigações e que podem contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária afim de que a gestão política seja exercida de forma transparente.

A participação da comunidade ainda é pequena no conselho escolar, sendo que a comunidade tem papel importante junto aos conselhos escolares visando a participação efetiva na gestão, podendo cobrar melhorias técnicas, pedagógica e financeira nas escolas.

Cabe ao poder público promover serviço público com objetivo de satisfazer necessidades coletivas, e aos cidadãos cabe a fiscalização dos mesmos, estar atento se esses serviços públicos estão sendo efetivamente implantados.

Mesmo que a educação no Brasil já tenha passado por diversas mudanças, desde a sua implantação, é necessário ainda que ocorram outras várias mudanças em termo de estrutura, técnica e política pedagógica. A gestão participativa, os Conselhos escolares e a comunidade participando efetivamente da gestão na escola tornam-se a gestão mais eficiente e eficaz, pois quando todos estão engajados no mesmo objetivo, que é de implantar uma educação de qualidade para todos, esses objetivos se tornam mais fácil de serem alcançados.

A universidade pode formar professores que precisamos, dar ensinamentos que precisamos. É também a universidade que pode melhorar a educação do país, mas sem a educação de base a universidade não melhora. O sistema educacional está sendo reformado, mas o que precisa é uma transformação, uma revolução na educação.

O IDEB tem o objetivo de avaliar a educação básica do país e contribuir para melhoria de sua qualidade, a universalização do acesso à escola oferecendo subsídios concretos para a formulação e reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para à educação básica. O acesso às informações sobre a escola pública é de suma importância para toda a população, e analisar o IDEB

como política pública voltada à melhoria da qualidade da Educação Básica, também tem grande importância para a população e para o gestor público.

A partir dos índices impostos pelo governo e dos resultados apresentados no IDEB, os gestores adquire subsídios para melhorar o desenvolvimento escolar e os índices educacionais e conseqüentemente a qualidade na educação, esses resultados serão utilizados para identificar problemas e avaliar o rendimento escolar.

A busca da qualidade da educação precisa ser constante e todos devem estar envolvidos, o desafio do ensino não se situa só no acesso a escola e sim na oferta de um ensino que atenda a padrões mínimos de qualidade, o principal objetivo da educação passa a ser a promoção da permanência e da aprendizagem dos alunos, a partir da implantação do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação novos rumos são traçados, no âmbito das políticas públicas educacionais para se tentar alcançar níveis de qualidade de ensino mais elevados.

A educação no Brasil já passou por muitas mudanças desde sua implantação, mas ainda é necessário que ocorram outras mudanças em termo de estrutura, técnica e política pedagógica. O MEC vem dando ênfase na avaliação educacional com o SAEB, a Prova Brasil. A LDB vem tentando assegurar o processo nacional avaliação de rendimento escolar, mas ainda a escola pública apresenta problemas. A evasão escolar é um grande desafio para as escolas, para os pais de aluno e para o sistema educacional. Verifica-se assim, que o IDEB, tem um papel importante na tomada de decisão do gestor público, visto que a partir dos resultados obtidos é possível desenvolver e implantar ações de melhorias nas escolas públicas, o resultado do IDEB de cada escola divulgado amplamente possibilita o envolvimento da sociedade no acompanhamento da qualidade da educação, também é possível aumentar a transparência e a qualidade do ensino.

Porém é preciso esclarecer que o IDEB tem suas limitações em relação ao desenvolvimento da educação básica, e que são necessários outros estudos e práticas que estimulem a utilização dos indicadores na melhoria da qualidade da educação, o IDEB não é o único meio de se conseguir uma educação de qualidade, é somente uma das ferramentas para conseguir obter a qualidade na educação que todos nós desejamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brandão, Carlos da Fonseca. **LDB: Passo a Passo. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº9.394/96 Comentada e Interpretada, Artigo por Artigo.** 2ª ed.atual. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

Plank, N.David. **Política Educacional no Brasil: Caminhos para a salvação pública.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

INEP _ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>. Acesso em: 05 Jun. 2.013.

INEP _ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/aceso-a-informacao/>. Acesso em: 31 Ago. 2.013.

MEC - Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=176. Acesso em: 31 Ago. 2.013.

MEC - Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=210&Itemid=324. Acessível em: 08 Set. 2.013.

MEC - Ministério da Educação. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 Set. 2.013.

Educar para Crescer – Educação de Qualidade. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/notas-ideb-422895.shtml>. Acesso em: 31 Ago. 2.013.

Educar para Crescer – Educação de Qualidade. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/ideb-299357.shtml>. Acesso em: 08 Set. 2.013.

Secretaria de Educação – Governo do Paraná. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 05 Jun. 2.013.

Scielo, The Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2.013.

Scielo, The Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 13 Out. 2013.

Souza, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da Literatura**. 2006 Programa de Pós graduação em Sociologia – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 29 Out. 2013.

Bitterncourt, Evaldo de Souza. **Políticas Públicas para a Educação Básica no Brasil, descentralização e controle Social – Limites e Perspectivas**. 2009 Programa de Pós – Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/politicaspublicas.pdf>. Acesso em: 30 Out. 2013.

Rua, Maria das Graças. **Políticas Públicas Especialização em Gestão Pública Municipal Módulo Básico, MEC, CAPES, DED, UAB, PNAP**. Santa Catarina: Departamento de Ciências de Administração/UFSC(Brasília): CAPES: UAB, 2009. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291087408.pdf Acesso em: 29 Out. 2013.

Jannuzzi, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública Especialização em Gestão Pública Módulo Básico, MEC, CAPES, DED, UAB, PNAP**. Santa Catarina: Departamento de Ciências de Administração/UFSC(Brasília): CAPES: UAB, 2009. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291088256.pdf. Acesso em: 29 Out. 2013.

Brasil, Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1. de 1992, a 43, de 2004, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994**. 23ª ed. Brasília, 2004.

Brasil, Senado Federal, Arns, Flávio. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Resolução nº2/2001 – CNE/CEB Parecer nº17/2001 - CNE/CEB**. Brasília, 2007.